

REVISTA

SABERES *da* AMAZÔNIA

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 6 | N. 12

JANEIRO - DEZEMBRO 2021 | ISSN: 2448-0576



Democracia Brasileira: Reflexões sobre a Ciberdemocracia e a Crise de Representatividade

Brazilian Democracy: Reflections on Cyberdemocracy and the Crisis of Representation

Leandro Vinicius Fernandes de Freitas¹

Resumo

O presente artigo busca compreender a evolução da democracia desde a Grécia, até os dias atuais no Brasil, discutindo a representação e a participação popular, como seus avanços e retrocessos no ponto de vista dos autores como referente bibliográfico. Na modernidade, com a dissolução da sociedade medieval e o positivismo jurídico ganhando força nos Estados, mais uma vez a democracia é remodelada e a representatividade democrática sofre novas rupturas, principalmente na era da globalização, onde o conhecimento que até então era privilégios de poucos, agora é alterado para adotar uma discussão ideologia no mundo virtual. Com a crise da atual representatividade democrática no Brasil, é discutido a ciberdemocracia e suas ferramentas para politizar e manobrar visões ideológicas da democracia. Assim com as suscetíveis crises de representatividade, estruturas democráticas do Brasil sofrem.

A pesquisa é focada na área do conhecimento das Ciências sociais aplicadas, com o estudo na sociedade e na coletividade. Além disso, o estudo se adere à linha de pesquisa do Programa de pós-graduação em Ciência Jurídica da UNIVALI “Constitucionalismo e Produção do Direito”. O resultado deste artigo utilizou o método indutivo de pesquisa e dividido em três partes.

Palavras-chave: Democracia; Globalização; Ciberdemocracia; Crise de Representatividade.

Abstract

This article seeks to understand the evolution of democracy from Greece to the present day in Brazil, discussing popular representation and participation, as well as its advances and setbacks from the authors' point of view as a bibliographic reference. In modernity, with the dissolution of medieval society and legal positivism gaining strength in the States, democracy is once again remodeled and democratic representativeness suffers new ruptures, especially in the era of globalization, where knowledge that until then was the privilege of a few, it is now changed to adopt an ideology discussion in the virtual world. With the current crisis of democratic representativeness in Brazil, cyberdemocracy and its tools to politicize and manipulate ideological visions of democracy are discussed. As well as the susceptible crises of representativeness, democratic structures in Brazil suffer. The research is focused on the area of knowledge of

¹ Mestrando em Ciência Jurídica pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica - PPCJ (CAPES - Conceito 6) da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, com apoio da Bolsa Proex-CAPES. Graduando em Administração na Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Graduado em Direito na Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2019). Pesquisador atuante nas áreas de Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade. Endereço eletrônico: leandroviniciusfreitas@gmail.com

applied social sciences, with the study in society and in the community. In addition, the study adheres to the line of research of the Graduate Program in Legal Science at UNIVALI “Constitutionalism and Production of Law”. The result of this article used the inductive method of research and divided into three parts

Keywords: Democracy; Globalization; Cyberdemocracy; Representativeness Crisis.

Introdução

O artigo em questão tem como objetivo analisar a evolução da democracia desde os tempos da Grécia Antiga até os dias atuais no Brasil. Será discutida a questão da representação e participação popular, abordando os avanços e retrocessos sob a perspectiva dos autores utilizados como referência bibliográfica.

Na era moderna, com o declínio da sociedade medieval e o fortalecimento do positivismo jurídico nos Estados, a democracia passou por uma nova remodelação e a representatividade democrática sofreu rupturas significativas.

Especialmente na era da globalização, em que o acesso ao conhecimento, antes restrito a poucos, foi transformado para promover um debate ideológico no mundo virtual. Com a crise atual da representatividade democrática no Brasil, torna-se necessário discutir a ciberdemocracia e as ferramentas disponíveis para politizar e manipular visões ideológicas sobre a democracia.

Diante das constantes crises de representatividade, as estruturas democráticas do Brasil têm sido afetadas. Ao longo do artigo, serão apresentados diferentes pontos de vista de autores renomados, que ajudarão a compreender a evolução da democracia e suas implicações na realidade brasileira. Serão discutidos os avanços alcançados ao longo do tempo, assim como os retrocessos enfrentados, a fim de traçar um panorama da democracia no país.

Por meio dessa análise, busca-se contribuir para uma reflexão crítica sobre a atual situação democrática no Brasil, explorando as possíveis soluções e alternativas para fortalecer a representatividade popular e superar os desafios enfrentados pela democracia contemporânea.

No contexto geral, a pesquisa se habilita a visualizar a democracia e as transformações históricas dada em cada momento, desde Atenas de Platão e Aristóteles, até aos dias atuais no Brasil.

O problema da pesquisa indaga a seguinte pergunta: Como a crise de representatividade vem afetando a democracia no Brasil?

A escolha para a investigação do tema de pesquisa se dá pela realização da discussão da Democracia e Estado, nas disciplinas elencadas no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Univali.

A delimitação do tema, assim como a pergunta problema formulada, sobre a presente pesquisa tem como objetivo geral compreender o papel da democracia na era da Globalização e como a crise da representatividade vem afetando as bases democráticas no Brasil.

Ainda, os objetivos específicos são verificar o conceito de democracia; globalização e a ciberdemocracia; e a evolução das crises de representatividade democrática percebida pelos brasileiros na última década.

A pesquisa é focada na área do conhecimento das Ciências sociais aplicadas, já que foca o estudo na sociedade e na coletividade. Além disso, o estudo se adere à linha de pesquisa do Programa de pós-graduação em Ciência Jurídica da UNIVALI Constitucionalismo e Produção do Direito.

O resultado deste artigo utilizou o método indutivo de pesquisa, no qual se partiu de ideias particulares: democracia; a globalização e a crise de representatividade, para assim, compreender a ideia geral da pesquisa a correlação da democracia e o Estado Brasileiro na atualidade.

A pesquisa foi operacionalizada pelas técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica e do fichamento, conforme apresentado por Pasold².

Com base em fontes bibliográficas e na análise de órgãos e especialistas de referência na área temática, a pesquisa apresenta a Democracia e Estado.

Com a compreensão e base bibliográfica selecionada pelo procedimento cartesiano, iniciou-se a análise do conteúdo a partir das categorias selecionadas: Democracia; Globalização; Ciberdemocracia; Crise de

2 PASOLD, C. L. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática. 13. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015.

Representatividade, e a correlação entre elas, como se exemplificou na metodologia descrita, o resultado apresentado em três pontos para a melhor compreensão da pesquisa.

1. Conceito e Democracia.

A conceituação da democracia, pode ser até colocado em perspectivas, derivando do seu tempo e espaço, povo e aplicação, mas em exame simples, a democracia é sensível a qualquer cidadão brasileiro. Mas para compreender o presente, é necessária reexaminar rapidamente o passado.

A democracia é grega, mas suas caracterizas, que sejam milenares ainda traduzem um passado recente em alguma republica no mundo.

O desenvolvimento da democracia em Atenas formou uma fonte central de inspiração para o pensamento político moderno. Seus ideais políticos de igualdade entre os cidadãos, liberdade, respeito pela lei ou pela justiça, moldaram o pensamento político no ocidente durante eras, embora existam algumas ideias centrais como, por exemplo, a noção liberal moderna de que os seres humanos são "indivíduos" com "direitos" que notavelmente, não pode ser traçada diretamente a Atenas. É um fato notável que não haja nenhum grande teórico democrata grego para cujos escritos e ideias possamos nos voltar em busca de detalhes e justificativas da polis democrática clássica. Nossos registros desta florescente cultura devem ser coletados em pequenas peças de fontes tão diversas quanto fragmentos de escritos, a obra da "oposição" crítica e os achados de historiadores e arqueólogos³.

Ante a discussão clássica comentada pelos grandes filósofos, a vicissitude da democracia já era algo plenamente grego, e segundo Goyard-Fabre⁴, a verdadeira evolução da representação democrática grega foi no século VI a.C. com Sólon, Clístenes e Péricles. Sólon destaca a abolição da escravidão por dívida, a reorganização do sistema de classes sociais, a criação de uma assembleia popular composta por cidadãos, assim como Clístenes, um aristocrata ateniense, instituiu o ostracismo e a ampliação do papel da assembleia popular e Péricles, como um dos líderes que contribuíram para a consolidação da democracia na Grécia antiga, como um político e orador

3 HELD, David. **Modelos de democracia**. Tradução Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Paidéia, 1996.p. 15.

4 GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** A genealogia filosófica de uma grande aventura humana. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.19

ateniense, Péricles defendeu a igualdade política e a participação direta dos cidadãos nas decisões políticas.⁵

Em *A república* de Platão⁶, afirma que a cidade-estado deveria ser governada não pela maioria, mas um bom governo deveria ser formado por pessoas que possuíssem virtudes, com ênfase para os filósofos-reis. Segundo Platão, somente os filósofos, por terem conhecimento, seriam capazes de governar de maneira justa e sábia, em prol do bem comum da cidade, em destaque, o ensaio entre Glauco e Sócrates revela essa posição:

Enquanto os filósofos não forem reis nas cidades, ou aqueles que hoje denominamos reis e soberanos não forem verdadeira e seriamente filósofos, enquanto o poder político e a filosofia não convergirem num mesmo indivíduo, enquanto os muitos caracteres que atualmente perseguem um ou outro destes objetivos de modo exclusivo não forem impedidos de agir assim, não terão fim.⁷

A idealização platônica de um regime político que acredita que valor excede quantidade, somente aqueles que com devota aptidão poderia ser filósofo, e com a sua sabedoria, assim governar. Com o próprio ideal posto, “em ordem decrescente, os regimes da timocracia, oligarquia, democracia e a tirania, este colocado como o pior governo”⁸, mesmo idealizando, teve a certeza de que a perfeição não poderia ser atingida e considerou que a melhor política é a que consegue conciliar a autoridade dos governantes e as aspirações do povo.

Já o tema quando abordado por Aristóteles⁹, deixa de ser abordado como ideal e se porta como uma democracia real, com a defesa que a democracia é uma forma de governo que deve ser buscada por permitir a participação popular na tomada de decisões políticas, contribuindo assim para a formação de uma comunidade virtuosa e engajada politicamente.

Uma democracia, os cidadãos devem ter a oportunidade de discutir e debater questões políticas e exercer sua cidadania de forma ativa, o que contribui para sua formação moral e ética, "um governo em que as

5 GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** A genealogia filosófica de uma grande aventura humana. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

p.19

6 PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997. p. 263.

7 PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997. p. 263.

8 (Platão, 1997 p. 242

9 Aristóteles. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985. p.348.

magistraturas são distribuídas por sorteio, e as magistraturas têm poder soberano sobre todos".¹⁰

Assim como Aristóteles, Platão compreende que a educação é um ponto de convergência em busca de uma sociedade mais justa e melhor. Aristóteles discute a importância da educação para a democracia onde "é evidente que, em uma cidade em que os cidadãos têm a educação adequada, o governo será democrático em virtude de sua própria natureza".¹¹ Platão argumenta que a educação é fundamental para qualquer forma de governo funcionar adequadamente, onde a educação deve ser focada na formação de indivíduos, a "proporcionar aos adolescentes e às crianças uma educação e uma cultura adequadas à sua juventude cercar de todos os cuidados o seu corpo na época em que ele cresce e se forma, a fim de prepará-lo para servir a filosofia".¹²

Não há como diminuir a importância dos historiadores e filósofos gregos para a democracia. Sócrates e Platão, que se dedicaram em análise e reflexão das coisas, ainda que estivessem em seu ponto mais realista ou idealista, aceitariam que o governo ideal seria aquele que estivesse mais alinhado com as aspirações dos cidadãos.

Referências propostas por Platão e Aristóteles, transcenderam gerações e motivaram diversos ensaios, sobre questões voltadas a forma de sociedade e governos. Um grande ponto na história da humanidade sem dúvida, foi a era medieval, onde o princípio teológico dominaria as formas de governo e seus governados.

Um dos mais emblemáticos teóricos medievais é Tomás de Aquino¹³, que acreditava no direito dos homens sob a ótica das leis divinas. Aquino ensina que através da lei natural, poderia se chegar a felicidade pois a compreensão do direito para os homens, tinha fundação sobre o plano divino, e compreende do seguinte modelo as formas de governo:

A respeito da boa constituição dos chefes de uma cidade ou nação, duas coisas devemos considerar. Uma, que todos tenham parte no governo; assim se conserva a paz do povo e todos amam e guardam

10 Aristóteles. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985. p. 128.

11 Aristóteles. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985. p.348.

12 PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997. p.273.

13 AQUINO, Tomás de. Suma de teologia: Tradução e introdução Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Uberlândia: EDUFU 2016. P. 1639

um tal governo, como diz Aristóteles. A outra é relativa à espécie do regime ou à constituição dos governos. Ora, o governo melhor constituído, de qualquer cidade ou reino, é aquele onde há um só chefe, que governa segundo a exigência da virtude e é o superior de todos. Contudo esse governo pertence a todos, quer por poderem os chefes ser escolhidos dentre todos, quer também por serem eleitos por todos.¹⁴

Sendo emblemático, a influência de São Tomás de Aquino pondera preceitos morais e religiosos que orientam a conduta humana em relação a Deus, onde acredita que a “lei natural e da humana, é necessário, para a direção da vida humana, haver uma lei divina”.¹⁵

Goyard-Fabre¹⁶, disserta sobre a Igreja Católica e sua influência no período medieval, com seu papel preponderante na política, limitando ainda mais a autonomia do poder civil e a possibilidade de participação política da sociedade em geral:

Aparentemente mais ousado é Marsílio de Pádua em seu Defensor Pacis, provavelmente composto em 1324 com a colaboração de João de Jandun. Contrapondo-se a Dante para denunciar a intromissão do poder eclesiástico na comunidade civil, e criticando de forma mais geral, por intermédio dos bispos de Roma, toda forma de teocracia, ele explica que, na cidade, a parte governante é, sem dúvida, o príncipe, mas que sua autoridade decorre apenas da delegação que lhe foi confiada pela universalidade dos cidadãos ou a maioria dela.¹⁷

Ao contrário da crença popular, a Idade Média não abandonou o sistema democrático, houve uma maior repressão de seu desenvolvimento devido à ascensão dos poderes clerical e monárquico, mas esses eventos foram responsáveis pelo surgimento de figuras significativas no movimento humanista.¹⁸

A transição entre o ideal democrático da Idade Média e uma concepção mais moderna se deu por diversos fatores políticos e sociais e culturais, Norberto Bobbio¹⁹ argumenta que a sociedade feudal não era democrática,

14 AQUINO, Tomás de. Suma de teologia: Tradução e introdução Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Uberlândia: EDUFU 2016. P. 1639

15 AQUINO, Tomás de. Suma de teologia: Tradução e introdução Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Uberlândia: EDUFU 2016. P. 1639

16 GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia? A genealogia filosófica de uma grande aventura humana**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.19

17 GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia? A genealogia filosófica de uma grande aventura humana**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.19

18 SALDANHA, Nelson. **Formação da teoria constitucional**. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983. p. 54

19 Bobbio, Norberto. **Estado, governo, sociedade**; por uma teoria geral da política. tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 p. 57

apesar de ser pluralista, argumentando que, na sociedade feudal, havia várias oligarquias poderosas que exerciam controle sobre a vida política e econômica.

A democracia moderna, nascida como democracia representativa em contraposição à democracia dos antigos, deveria ser caracterizada pela representação política, isto é, por uma forma de representação na qual o representante, sendo chamado a perseguir os interesses da nação, não pode estar sujeito a um mandato vinculado.²⁰

O nascimento do Estado Moderno estava associado às ideias do pensador florentino Nicolau Maquiavel, ao defender que o poder político deveria ser exercido por uma autoridade central forte e capaz de garantir a estabilidade e a segurança do Estado.

É inegável, porém que com Maquiavel, também por isto digno de ser considerado como o fundador da ciência política moderna, o Estado não pode mais ser de modo algum assemelhado a uma forma de sociedade, e apenas por hábito de escola ainda pode ser definido como *societas civilis*. Quando Maquiavel fala do Estado, pretende falar do máximo poder que se exerce sobre os habitantes de um determinado território e do aparato de que alguns homens ou grupos se servem para adquiri-lo e conservá-lo. O Estado assim entendido não é o Estado-sociedade, mas o Estado-máquina²¹.

A base democrática, na compreensão moderna, como forma de governo é a participação cidadã nas decisões políticas e a soberania popular, isso implica que o poder político deve ser usado para promover os interesses do povo e não apenas de uma classe ou grupo específico.

Verdadeiramente, o Estado moderno se inicia na Itália, embora a sua consolidação ali não se dê, a carecer de experiências outras, como as da Inglaterra e França. Se teoria política do Estado moderno tem em Maquiavel alguém lhe abre pegadas e lança as balizas fundamentais, há de esperar, contudo, pelos estudos de Jean Bodin e Thomas Hobbes para cristalizar-se. Dessa forma, Maquiavel, Bodin e Hobbes tornam-se a tríade que fundou tanto o conceito de Estado moderno, em particular, quanto o pensamento político moderno, em geral. Deles se originam matrizes dos três grandes discursos políticos que dominaram todo o período da história moderna do Ocidente, a saber, o do próprio absolutismo, o do individualismo possessivo e o do republicanismo clássico ou humanismo cívico²².

Moraes²³ explica que Maquiavel acreditava ainda que as guerras eram inevitáveis, pois elas seriam responsáveis pelo surgimento de boas leis: “os

20 Bobbio, Norberto. **O futuro da democracia**; uma defesa das regras do jogo; tradução de Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 23

21 Bobbio, Norberto. **Estado, governo, sociedade**; por uma teoria geral da política. tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 50

22 MORAES, Filomeno. **O Momento Maquiaveliano em o Príncipe**: as “Boas Leis” e o Poder Constituinte. Fortaleza: Unifor, 2013, v.18, p.767.

23 MORAES, Filomeno. **O Momento Maquiaveliano em o Príncipe**: as “Boas Leis” e o Poder Constituinte. Fortaleza: Unifor, 2013, v.18, p.776.

conflitos são capazes de produzir ordem por conterem a força e coerção necessárias à atividade de governar. A lei tem a função de ordenar o conflito, e não naturalizá-lo ou extingui-lo. ”

Boas leis e boas armas devem andar de mãos dadas, de acordo com o filósofo florentino, porque isso manteria o governante no poder, onde ele seria amado ou desprezado pela população. Foram essas forças opostas que lhe permitiram permanecer no poder.²⁴

Acontece que homens livres pensam diferentes e podem gerar, ao invés da ordem, a desordem, Para Maquiavel, a guerra era inevitável e a virtude de governar estava em saber conduzir a desordem para restabelecer o status de paz.²⁵

As decisões públicas nessa época tinham que passar por um representante, e não diretamente pela população. Surge um novo paradigma democrático, denominado democracia representativa, em que a vontade do povo é confiada a uma instituição política que pode falar pelos interesses do todo.

Com democracia sendo positivada em diversos Estados, na qual a vontade do povo deveria ser expressada e defendida por instituições, um questionamento ficou em destaque, o reconhecimento desta vontade geral.

Para Rousseau²⁶, a democracia em sua obra “o contrato social” é o sistema político que melhor permite a realização da vontade geral. Ele acredita que a democracia é o governo em que o povo exerce diretamente a soberania, decidindo sobre as leis através de uma assembleia geral de cidadãos.

Em destaques de sua obra, Rousseau²⁷ é conhecido por sua defesa da ideia de "vontade geral", que representa a vontade coletiva e comum de todos os cidadãos de uma sociedade:

Resulta do precedente que a vontade geral é sempre reta e tende sempre para a utilidade pública; mas não significa que as deliberações do povo tenham sempre a mesma retitude. Quer-se sempre o próprio bem, porém nem sempre se o vê: nunca se

24 Maquiavel, Nicolau. **O príncipe**. Com notas de Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia; tradução de Mário e Celestino da Sila. Brasília. 2019. p.84

25 BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e constituição**: para uma crítica do Constitucionalismo. São Paulo: Quatier Latin, 2008. p. 18

26 ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2005 p .15

27 ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2005 p .15

corrompe o povo, mas se o engana com frequência, e é somente então que ele parece desejar o mal²⁸.

A vontade geral, é uma das características fundamentais das democracias modernas. Em uma democracia, as decisões políticas são tomadas com base na vontade da maioria da população, expressa em eleições justas e livres.

A vontade expressada pela maioria da população, no entanto pode ser influenciado por uma variedade de fatores, incluindo a mídia, grupos de interesse, opiniões pessoais e até falta de informação.

Outrossim, direitos de uma parcela minoritária dos cidadãos, não reflete os interesses da maioria, o que não se confunde, “muitas vezes grande diferença entre a vontade de todos e a vontade geral”.²⁹

Para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que as decisões políticas sejam tomadas de maneira justa e razoável, é fundamental que a democracia moderna seja apoiada por um conjunto de direitos e garantias individuais e coletivos.

Principalmente agora que a democracia está sendo desafiada por desinformação e uma cultura de reescrita histórica baseada em perspectivas ideológicas sem fundamentação. Com a educação e a promoção de uma cultura de informação baseada em fatos e evidências, assim como Platão e Aristóteles indagam em suas obras.

Em uma era globalizada, a educação e o conhecimento deveriam estar sendo utilizados como uma arma a favor da democracia, mas infelizmente não é a realidade. A democracia está sendo testada a todos os momentos, e passa por uma fase estreita, a fase está sendo chamada de Globalização.

2. Globalização e a Ciberdemocracia

Em um mundo globalizado, onde as informações e conhecimentos deveriam ser disseminados, assim como o próprio fenômeno da globalização (a um toque) é necessário compreender a fator da globalização e como ele vem afetando a democracia.

28 ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2005 p .15

29 ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2005 p .15

Zygmunt Bauman³⁰, retrata a globalização de caráter “indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais, a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora de um gabinete administrativo” segundo ele a globalização é a “nova desordem mundial.

A didática do Professor Boaventura de Souza Santos³¹, nos lembra a influência e o processo globalista que em determinados pontos da história, assim a categoria de uma “globalização hegemônica produzida pelo capitalismo global e pelas indústrias culturais”³² em dicotomia, a “globalização contra hegemônica”³³, que se organiza pela sociedade civil, unidos por interesses em comum de forma global, que se pode chamar de redes transnacionais.

Já para o Geógrafo Milton Santos³⁴ considera que “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” ele entende que a “globalização é econômica”, pois suas raízes norteiam os interesses dos países de forma sistemática, assim como Boaventura conclui e conceitua que processo de globalização é “um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”.³⁵

A globalização é fruto de um fenômeno humano, cada vez mais entranhado em nossas vidas, ditando costumes e impondo padrões, mas a parte que nos embala, é onde a globalização converge com a democracia.

O Demarchi³⁶, apresenta o fenômeno da globalização e como ele vem afetando a democracia e o Estado, Demarchi leciona que “assim como no Estado, a globalização está impactando na democracia, não na ideia de

30 BAUMAN, Zygmunt. **Globalização - As consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel – Rio de Janeiro: Zahar, 1999 p. 56

31 SANTOS, Boaventura de Sousa. **Dicionário das crises e das alternativas**. Portugal. Edições Almedina, S.A. 2012. p.110

32 SANTOS, Boaventura de Sousa. **Dicionário das crises e das alternativas**. Portugal. Edições Almedina, S.A. 2012. p. 111

33 SANTOS, Boaventura de Sousa. **Dicionário das crises e das alternativas**. Portugal. Edições Almedina, S.A. 2012. p. 111

34 SANTOS, M.. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. (6a. ed.). Brasil, Rio de Janeiro: Record. 2001. p. 22

35 SANTOS, B.S. **A Globalização e as ciências sociais**. Brasil, São Paulo: Cortez. 2002, p. 26

36 DEMARCHI, C. **Crise do estado e da democracia no contexto da globalização**. Revista Jurídicas, 2019. p. 42.

democracia, mas na sua representação, ou seja, a crise não é da democracia, mas de representação”.³⁷

Esse processo de globalização faz com que tudo aconteça muito rápido. Todo ano tem novo modelo de carro, novos celulares, novas tecnologias, novos equipamentos [...], mas a forma de representação e de ação do Estado continua a mesma. [...]. Esses são alguns exemplos de como a globalização impacta e põe em crise a democracia, ou seja, passa-se a querer uma forma de representação diferente e que atenda o mais rápido possível as necessidades da sociedade, como isso não acontece, a própria sociedade entra em crise³⁸.

É verdade que a globalização está tendo uma influência significativa na democracia em todo o mundo. No entanto, a crise democrática que vivemos atualmente não é causada apenas pela crise de representação. Existem vários fatores interligados que estão causando a atual crise democrática, assim como a desigualdade econômica, a polarização política principalmente o embate entre o nacionalismo e populismo.

A exemplo, Yascha Mounk³⁹ autor alemão, escreveu sobre a ascensão do populismo e sua relação com a polarização política em todo o mundo, argumentando que a polarização extrema pode levar a um impasse político e à erosão da confiança nas instituições democráticas.

Mounk comenta que, “embora as instituições democráticas tenham se mostrado resilientes no passado, a crescente polarização política, o declínio da participação política e a desigualdade econômica podem minar essa resiliência”⁴⁰ também argumenta que “a polarização política é uma das principais causas da crise na democracia”.⁴¹

Com toda a perspectiva alcançada sobre a temática da democracia, a globalização e sua afetação sobre a base de representação entre outras visões que marginalizam as instituições democráticas, uma “nova” ferramenta está “colaborando” para uma participação mais ativa dos cidadãos em sua democracia.

37 DEMARCHI, C. **Crise do estado e da democracia no contexto da globalização**. Revista Jurídicas, 2019. p. 42.

38 DEMARCHI, C. **Crise do estado e da democracia no contexto da globalização**. Revista Jurídicas, 2019. p. 42..

39 MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia: Por Que a Nossa Liberdade Está em Perigo e Como Salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.8

40 MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia: Por Que a Nossa Liberdade Está em Perigo e Como Salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.16

41 MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia: Por Que a Nossa Liberdade Está em Perigo e Como Salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.16

Com o advento da tecnologia digital, a internet vem através de sites, redes sociais, plataformas online até mesmo o meta-verso, está conectando todos no mundo, o tempo todo. Assim algumas instituições acreditam que a participação mais ativa do povo na tomada de decisão seja mais democrática, certo? Errado!

No mundo ideal, uma democracia seria mais participativa no meio digital, se todos tivessem o mínimo para que esta tecnologia nos ajudassem:

A segunda revolução industrial precisa ainda ser plenamente vivida por 17% da população mundial, pois quase 1,3 bilhão de pessoas ainda não têm acesso à eletricidade. Isso também é válido para a terceira revolução industrial, já que mais da metade da população mundial, 4 bilhões de pessoas, vive em países em desenvolvimento sem acesso à internet⁴².

Não se pode rejeitar que o plano democrático é a participação do povo, aqueles que querem ao menos, diferentemente daqueles que não podem. Rodrigo Tavares comenta que "as desigualdades digitais afetam diretamente a capacidade dos cidadãos de participar da democracia digital", e argumenta que se não houver uma política pública que assegure o acesso e o uso adequado da tecnologia, é "provável que a participação se torne ainda mais desigual do que é atualmente".⁴³

Os governos têm um papel importante a desempenhar na promoção da democracia digital. Eles precisam criar políticas públicas que assegurem a inclusão digital, a transparência e a participação dos cidadãos, além de fomentar o diálogo entre os diferentes atores envolvidos.⁴⁴

A transparência é uma componente chave das democracias modernas para garantir a prestação de contas e a responsabilidade dos devidamente eleitos pelo povo, a transparência envolve a disponibilização de informações sobre as atividades do governo e de suas instituições democráticas.

Compreende-se que Estados democráticos devem ser transparentes, no sentido de lançar luz sobre seus processos, atores, tomadas de decisão etc. A definição de transparência perpassa a visibilidade de dados e informações técnicas, contábeis, estatísticas e econômicas

42 SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo, Edipro, 2016. p. 20

43 TAVARES, Rodrigo. **Democracia digital: a era da participação**. São Paulo: Leya, 2019. p.23

44TAVARES, Rodrigo. **Democracia digital: a era da participação**. São Paulo: Leya, 2019. p. 147

sobre representantes e negócios públicos, preocupando-se, sobretudo, com a inteligibilidade desses dados.⁴⁵

O conceito de "democracia digital" refere-se ao uso de tecnologias digitais para promover a participação cívica, a transparência e a responsabilidade, mas existe a necessidade de "uma cultura cívica que valorize o diálogo, a tolerância e o respeito pelas diferenças"⁴⁶

Na atualidade a participação democrática digital está marcada pela fragmentação, polarização e conflitos sem contar na disseminação de ódio e estímulos a crimes e propagação de diversos preconceitos, seja por instituições de representação democráticas, seja por compatriotas que divergem da posição políticas, ideológicas, partidárias, sexo, gênero, religião.

Frente a um estado democrático, o que é mais perverso, é a utilização das instituições, poderes, agentes e todo o arcabouço que compõem a Idea democrática, ser colocada em xeque por aqueles que deveriam protegê-la, tudo isso fustigado pelo meio digital e contaminando o ideal democrático.

Notícias falsas propagadas por redes sociais, construídas por mentes arbitrárias, por desgosto ou não aceitação são prejudiciais ao povo, o mais perverso é as notícias falsas propagadas pelo Estado e suas agentes.

A democracia digital, deve estar amparada da participação, do respeito e da transparência. A luta contra a disseminação de fake news é uma questão de sobrevivência da democracia, pois "a mentira ameaça a própria estrutura da democracia, corroendo a confiança, minando a legitimidade das instituições e corroendo o tecido social."⁴⁷

A democracia e a globalização são forças fortes e interligadas no mundo de hoje, e a luta contra a disseminação de informações falsas e enganosas é um desafio crucial para a manutenção da estabilidade política e social em todo o mundo.

3. A crise de representatividade no Brasil.

45 ALMADA; CARREIRO; BARROS; GOMES. **Democracia digital no Brasil**: obrigação legal, pressão política e viabilidade tecnológica. V.13 - Nº 3. São Paulo. 2019 p. 167.

46 TAVARES, Rodrigo. **Democracia digital: a era da participação**. São Paulo: Leya, 2019. p. 115

47 KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. São Paulo: Intrínseca, 2018. p. 23

A democracia brasileira tem uma história vultuosa, marcada por momentos que momentos fortificam e outros reprimem a vontade pública. Desde a redemocratização do país, em 1985, o Brasil teve avanços e retrocessos no que diz respeito ao fortalecimento das instituições e à consolidação da democracia.

A última década brasileira, denotou o contraste de erros suscetíveis e uma crise de representatividade sensível em todos os aspectos. Com protestos ocorridos em junho de 2013 e uma série de manifestações que começaram em São Paulo e se espalharam por outras cidades do país, contra o aumento das tarifas do transporte público, que expandiram para outras demandas, como melhorias na qualidade dos serviços públicos, redução da corrupção e mudanças políticas.

Arruda Júnior⁴⁸ destaca que os protagonistas desse movimento clamavam por uma maior transparência no agir político e uma diminuição de escândalos que distanciam a conduta feita nos discursos pelos governantes e a prática. Para o autor, os manifestantes daquele 13 de junho de 2013 na cidade de São Paulo davam início a uma nova fase da democracia brasileira.

As manifestações de junho de 2013 expressam, portanto, uma demanda por participação e por um novo pacto democrático entre o Estado e a sociedade. A partir de uma base social muito ampla, elas trouxeram para o centro do debate público a questão da representatividade política, da governabilidade e da qualidade da democracia no Brasil.⁴⁹ (p. 139)

Guerra Filho⁵⁰ aponta as manifestações de junho de 2013 como movimentos pré-políticos ou até apolíticos, porque seus manifestantes não têm filiação partidária, em sua grande maioria.

Os protestos de 2013 potencializaram o descontentamento público e falta de confiança no governo, marcadas por uma forte insatisfação popular com a classe política e as instituições do país.

Após junho de 2013, instituições da sociedade civil, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, articulada à Ordem dos Advogados do Brasil, Movimento de Combate à Corrupção e a Plataforma dos Movimentos Sociais formaram uma “Coalização pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas” para a elaboração

48 ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de. **Um inverno quente no Brasil**: junho de 2013. p.40

49 ROLNIK, Raquel. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Editora Veneta, 2013. p. 139

50 GUERRA FILHO, Willis Santiago. **A nação encontra-se nas ruas**. In:(coord.) Alternativas poético-políticas ao direito: a propósito das manifestações populares em junho de 2013 no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p.233)

de uma proposta para ser apresentada como um projeto de lei de iniciativa popular, para uma Reforma Política do Sistema Brasileiro.⁵¹

As eleições presidenciais de 2014 foram marcadas por denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras, que atingiram diversos partidos políticos, inclusive.

Em 2014, os novíssimos atores que entraram em cena em junho de 2013 continuaram nas redes sociais on-line e saíram às ruas em tímidos atos contra a COPA do futebol no Brasil e seus grandes gastos, não atraindo a maioria da população. Durante o período eleitoral para a presidência da república em 2014 ocorreu intensa mobilização das redes sociais e alguns grupos criados tiveram grande atuação em nas manifestações de março de 2015.⁵²

Em 2015, a crise econômica se agravou, com aumento do desemprego, inflação e queda da atividade econômica. O governo adotou medidas impopulares para tentar reverter a situação, como o ajuste fiscal e a reforma da Previdência, o que gerou ainda mais descontentamento popular.

Em março de 2015 novas manifestações de massa irrompem nas ruas do Brasil, com características totalmente diferentes das de junho de 2013, pelo repertório das demandas, grupos sociais que as convocam, composição social e de faixa etária dos participantes. A questão política entra em cena como divisor de água entre aqueles que apoiavam o governo da Presidente Dilma Rousseff e aqueles que são contra seu governo, pelas políticas adotadas ou anunciadas por ele, ou por convicções próprias (é bom lembrar que a Presidente Dilma foi eleita em outubro de 2014, após o segundo turno, com 54,5 milhões de votos e o seu opositor, Aécio Neves, teve 51 milhões).

Em 2016, o processo de impeachment de Dilma Rousseff foi deflagrado a partir de denúncias de irregularidades fiscais em seu governo, que teriam sido utilizadas para maquiar as contas públicas. O processo foi conduzido pelo Congresso Nacional e aprovado pelo Senado Federal, que afastou Dilma do cargo e cassou seu mandato.

Com o processo de impeachment aceito pelo presidente do Congresso, Eduardo Cunha (PMDB), um político com credenciais éticas pouco louváveis, o povo brasileiro viu um festival de horrores na votação do processo de impeachment num domingo à noite em rede nacional. Embalados por som de batidas de panelas, finalmente o fim do ciclo petista de governar chegava ao fim. Dilma saiu derrotada da Câmara dos Deputados. Foram 367 votos favoráveis a seu afastamento, 137 contrários, além de 7 abstenções e 2 ausências. Assumiria o vice de Dilma, Michel Temer, que entrou para a história política do país como um conspirador, um traidor. Afinal, o

51 GOHN M. G. M. **Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013:** novíssimos sujeitos em cena. Rev. Diálogo Educ. Curitiba. 2016. p. 138

52 GOHN M. G. M. **Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013:** novíssimos sujeitos em cena. Rev. Diálogo Educ. Curitiba. 2016. p. 139

“golpe parlamentar” fora tramado por ele, Eduardo Cunha, boa parte do PMDB e oposição. Dilma foi deposta pelas supostas “pedaladas fiscais”, prática recorrente em administrações públicas.⁵³

O impeachment de Dilma Rousseff, foi um processo político contencioso que dividiu a nação. A ascensão do vice-presidente Michel Temer ao cargo de presidente foi consequência deste processo. O governo de Michel Temer foi assolado por uma série de escândalos de corrupção.

Vários membros de seu governo foram acusados de receber subornos e de se envolver em práticas corruptas, como parte das investigações da operação Lava Jato.

Tudo indicava que os rumos do país mudariam com o governo Temer. No entanto, no âmbito econômico e social, o país estava longe de apresentar sinais de recuperação. Tudo estava indo muito mal, mas, para piorar, veio a delação de Joesley Batista, dono do grupo J&F e do frigorífico JBS à Polícia Federal, com a revelação de diálogos pouco republicanos entre o presidente Temer e Joesley. No fundo, se evidenciava a relação promíscua entre o público e o privado no Brasil – prática bem recorrente em nossa história. O recebimento de propina do deputado de confiança de Michel Temer fugindo com uma mala de R\$ 500 mil foi o ápice dessa relação. Temer acabou sendo acusado de corrupção passiva, obstrução da Justiça e organização criminosa pela PGR – Procuradoria Geral da República.⁵⁴

Várias medidas impopulares foram adotadas sob a administração de Temer, incluindo reformas trabalhistas e leis salariais vigentes que receberam duras críticas de sindicatos e movimentos sociais. Em 2018, Temer deixou a presidência do país sob pressão e com baixos índices de aprovação.

Michel Temer chegou a ser preso no dia 21 de março de 2019, em cumprimento expedido pelo juiz Marcelo Bretas da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, da Operação Lava Jato daquele estado. No entanto, foi solto após passar 5 dias preso. No dia 8 de maio de 2019 Temer é preso novamente, mas no dia 14 de maio solto novamente.⁵⁵

Com todo impacto sucessivo ante a crise de representação e a os processos democráticos deixados de lado, Jair Bolsonaro, um candidato de extrema-direita, venceu as eleições presidenciais brasileiras em 28 de outubro com 55% dos votos.

53 CREMONESE. D. **A crise política no Brasil e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016**. Revista Latino-Americana de Relações Internacionais Vol. 1, Nº 3. 2019 p. 81

54 CREMONESE. D. **A crise política no Brasil e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016**. Revista Latino-Americana de Relações Internacionais Vol. 1, Nº 3. 2019 p. 82

55 CREMONESE. D. **A crise política no Brasil e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016**. Revista Latino-Americana de Relações Internacionais Vol. 1, Nº 3. 2019 p. 83

Este resultado foi visto por alguns como ascensão de líderes autoritários populistas em todo o mundo, Bolsonaro recebeu o apelido de "Trump dos Trópicos"⁵⁶ por todo seu modelo e estilo totalitário que o ex-presidente estadunidense mantinham frente a casa branca.

Bolsonaro tem sido alvo de críticas por suas declarações e atitudes controversas, incluindo o desrespeito às instituições democráticas, a promoção de políticas contra indígenas e desrespeito ao meio ambiente, e a defesa de ideias autoritárias.

Conhecido por 'conversar francamente' e se apresentar como um outsider capaz de reformar um sistema político corrupto e elitista (apesar de sua longa carreira no Congresso), o ex-Capitão do Exército (Bolsonaro) é frequentemente comparado a Donald Trump na imprensa de língua inglesa. No entanto, suas declarações gravadas são muito mais alarmantes que a deste último, em muitos aspectos. Ao longo de sua carreira, ele emitiu declarações indicando o seu apoio à tortura, a sua antipatia pelas minorias brasileiras, incluindo minorias étnicas, religiosas e sexuais, e extrema misoginia. Fundamentalmente, Bolsonaro não é apenas um apologista, mas um fervoroso admirador da ditadura militar no poder de 1964 a 1985. De fato, como observa Webber, ele dedicou seu discurso, ao votar pelo impeachment de Dilma no Congresso, a Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe da polícia secreta do Brasil durante a ditadura um homem contra quem foram feitas fortes acusações de torturas e desaparecimentos forçados no relatório histórico da Comissão Nacional da Verdade, em 2014. Na campanha, ele sugeriu que os policiais recebessem um bônus para cada pessoa morta a tiros e, repetidamente, clamou pela militarização da sociedade brasileira.⁵⁷

Um dos maiores ataques a democracia brasileira feita por Bolsonaro, foi em relação ao processo eleitoral brasileiro, especialmente em relação às eleições presidenciais de 2022. Bolsonaro até os dias atuais, tem levantado dúvidas sobre a integridade do sistema eleitoral e defendido a adoção do voto impresso como forma de evitar fraudes nas eleições.

Uma resposta à ascensão de Bolsonaro comumente oferecida é a de que a população poderá sempre retirá-lo do cargo por meio do voto, se decidirem que ele não é o salvador que fez transparecer. No entanto, paralelamente à reformulação do cenário político, surgiram sérias preocupações em relação ao próprio processo eleitoral. Espelhando o que ocorreu em outros países, como os EUA, as eleições de 2018 levantaram sérias preocupações em relação à saúde do próprio processo eleitoral. Ao lado de seus ataques às minorias, às mulheres e à ideia de democracia liberal, a campanha de Bolsonaro apresentou ataques regulares à legitimidade da mídia e da

56 BBC NEWS. **Jair Bolsonaro: Brazil's firebrand leader dubbed the Trump of the Tropics.** 31 December 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45746013>. Acesso em: 15 dez 2022

57 DALY, T.G. **Understanding Multi-directional Democratic Decay: Lessons from the Rise of Bolsonaro in Brazil:** The Law & Ethics of Human Rights, vol. 14, no. 2, 2020, p. 219

oposição política. A campanha viu os ataques físicos a jornalistas aumentarem em meio a uma elevação geral da violência política.⁵⁸

Nas eleições presidenciais de 2022, com a derrota de Bolsonaro sob uma margem mínima do seu opositor, Luís Inácio Lula da Silva, submergindo em poucos atos públicos, mas a confiança de seus apoiadores em um golpe militar, onde não deixariam o opositor Lula ser empossado, transcendeu alguns ciclos de 72 horas até o dia 8 de janeiro de 2023.

No contexto brasileiro, atos antidemocráticos ganharam destaque entre 2020 e 2023, com manifestações que pediam o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), além de ataques a jornalistas e organizações da sociedade civil que defendem a democracia e os direitos humanos, assim como ataque a sede dos 3 poderes na capital federal.

Considerações finais

A crise de representatividade no Brasil é um fenômeno complexo e multifacetado, com raízes históricas e agravado por uma série de eventos e escândalos políticos. As manifestações populares de 2013 foram um marco importante ao colocar em evidência a insatisfação com a classe política e as instituições do país.

Desde então, o Brasil tem enfrentado desafios para fortalecer suas instituições democráticas e reconstruir a confiança do público na representatividade política. A polarização política, a corrupção generalizada e as crises econômicas contribuíram para aprofundar a crise de representatividade. O processo de impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer trouxeram à tona escândalos de corrupção, que minaram ainda mais a confiança da população nas lideranças políticas.

A eleição de Jair Bolsonaro como presidente, com seu estilo populista e autoritário, reflete a busca por uma alternativa fora do establishment político tradicional, mas também gera preocupações quanto ao fortalecimento das instituições democráticas.

58 S Cowie. **Political Violence Surges in Brazil as Far-Right Strongman Jair Bolsonaro Inches Closer to the Presidency**: The Intercept. 2018.

Em suma, a crise democrática no Brasil na última década tem levantado preocupações sobre a representatividade e participação popular no país. Através da análise de diferentes pontos de vista de autores renomados, este artigo buscou compreender a evolução da democracia e suas implicações na realidade brasileira.

Referência das fontes citadas

ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de. **Um inverno quente no Brasil**: junho de 2013. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago (coord.). Alternativas poético-políticas ao direito: a propósito das manifestações populares em junho de 2013 no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p.39 a 43.

ALMADA; CARREIRO; BARROS; GOMES. **Democracia digital no Brasil**: obrigação legal, pressão política e viabilidade tecnológica. V.13 - Nº 3. São Paulo. 2019 p. 161-181

AQUINO, Tomás de. Suma de teologia: Tradução e introdução Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento. Uberlândia: EDUFU 2016. P. 1639

Aristóteles. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

Bobbio, Norberto. **O futuro da democracia**; uma defesa das regras do jogo; tradução de Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Bobbio, Norberto. **Estado, governo, sociedade**; por uma teoria geral da política. tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização - As consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel – Rio de Janeiro: Zahar, 1999

BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e constituição**: para uma crítica do Constitucionalismo. São Paulo: Quatier Latin, 2008.

BBC NEWS. Jair Bolsonaro: Brazil's firebrand leader dubbed the Trump of the Tropics. 31 December 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45746013>. Acesso em: 15 dez 2022

CASTELLS, M. **Simpatia do brasileiro é um mito**, diz sociólogo Manuel Castells. Folha de São Paulo, 18 maio 2015.

COWIE. S. **Political Violence Surges in Brazil as Far-Right Strongman Jair Bolsonaro Inches Closer to the Presidency**: The Intercept. 2018.

CREMONESE, D. **A crise política no Brasil e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016**. Revista Latino-Americana de Relações Internacionais Vol. 1, Nº 3. 2019 p. 70–87

DALY, T.G. **Understanding Multi-directional Democratic Decay: Lessons from the Rise of Bolsonaro in Brazil**: The Law & Ethics of Human Rights, vol. 14, no. 2, 2020, p. 199–226

DEMARCHI, C. **Crise do estado e da democracia no contexto da globalização**. Revista Jurídicas, 2019.

GOHN M. G. M. **Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013**: novíssimos sujeitos em cena. Rev. Diálogo Educ. Curitiba. 2016. p. 125-146

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** A genealogia filosófica de uma grande aventura humana. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **A nação encontra-se nas ruas**. In:(coord.) Alternativas poético-políticas ao direito: a propósito das manifestações populares em junho de 2013 no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p.233 a 238.

HELD, David. **Modelos de democracia**. Tradução Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Paidéia, 1996.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. São Paulo: Intrínseca, 2018.

LEITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Maquiavel, Nicolau. **O príncipe**. Com notas de Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia; tradução de Mário e Celestino da Sila. Brasília. 2019.

MORAES, Filomeno. **O Momento Maquiaveliano em o Príncipe**: as “Boas Leis” e o Poder Constituinte. Fortaleza: Unifor, 2013, v.18

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia**: Por Que a Nossa Liberdade Está em Perigo e Como Salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997.

ROLNIK, Raquel. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

SALDANHA, Nelson. **Formação da teoria constitucional**. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Dicionário das crises e das alternativas**. Portugal. Edições Almedina, S.A. 2012.

SANTOS, M.. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. (6a. ed.). Brasil, Rio de Janeiro: Record. 2001.

SANTOS, B.S. (2002). **A Globalização e as ciências sociais**. Brasil, São Paulo: Cortez.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo, Edipro, 2016.

TAVARES, Rodrigo. **Democracia digital: a era da participação**. São Paulo: Leya, 2019.